

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 108.145 - MG (2019/0039295-6)**

**RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**RECORRENTE : A DA S (PRESO)**  
**ADVOGADO : ARI DE ARAUJO SIMAO - MG152786**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**DECISÃO**

Trata-se de pedido liminar em recurso ordinário em *habeas corpus* de **A da S**, interposto contra o acórdão proferido pela Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Minas Gerais no HC n. 1.0000.18.103365-5/000, que o manteve segregado cautelarmente em razão da suposta prática de conduta descrita no art. 33 da Lei n. 11.343/2006.

O recorrente alega, nas suas razões recursais, em síntese, que, a despeito de ter havido flagrante de alguns indivíduos portando drogas, os policiais civis teriam exorbitado em seus poderes, desrespeitando alguns dos princípios constitucionais basilares, levando-os para a cidade de Belo Horizonte, sem apresentá-los à autoridade competente da cidade de Varginha, comprometendo o princípio do juiz natural e da jurisdição.

Sustenta que não estaria no local dos fatos, mas em outro lugar, distante do local em que houve a apreensão da droga. O local em que se encontrava seria próximo da casa de P, local onde foram realizadas buscas, mas não teria sido encontrado nenhum objeto ilícito.

Afirma estar preso desde 11 de setembro de 2018, mais de 90 dias, sem que tivesse sido oferecida denúncia, além de possuir os requisitos legais para a concessão da ordem, sendo primário, possuidor de bons antecedentes, de residência fixa e emprego lícito.

Salienta estarem presentes a plausibilidade jurídica da concessão da liminar, devidamente demonstrada, e o *periculum in mora*.

Requer, assim, a concessão da liminar para determinar a sua

imediata soltura (fls. 80/85).

É o relatório.

Neste momento, não me deparo com o *fumus boni iuris* necessário para a concessão da medida de urgência requerida.

Inicialmente, destaco o seguinte trecho da ata da audiência de custódia (fls. 50/51 – grifo nosso):

[...] "Trata-se de comunicação de prisão em flagrante A DA S. preso em 12/09/2018, como incurso nas sanções do art. 33 c/c art. 35, ambos da Lei 11343/06. Constatado que o APFD está formalmente em ordem, obedecendo as disposições do art. 304 e 306 do Código de Processo Penal, não sendo hipótese de relaxamento. Quanto à incompetência alegada pela defesa, entendo que em audiência de custódia a legalidade da prisão do autuado deve ser analisada em tempo hábil e razoável. É competente o juízo dessa comarca, tendo em vista que as investigações telefônicas foram autorizadas e provenientes do Juízo da Vara de Tóxicos desta capital. Tampouco vislumbro possível a concessão de liberdade provisória. No caso em tela, não obstante a primariedade do autuado tem-se que as circunstâncias do crime são graves, constando do APFD que policiais receberam informações acerca de distribuição de drogas ilícitas realizada pela organização criminosa "Primeiro Comando da Capital", iniciando investigações no intuito de apurar as denúncias. Através de interceptações telefônicas foi possível identificar alguns dos integrantes da organização, sendo a autuada P, e o autuado E, além de ser constatado que o responsável pela armazenagem dos entorpecentes seria o autuado D, com consentimento de sua amásia, a autuada F. Em posse de tais informações, a guarnição se deslocou ao endereço do autuado D, onde reside com a autuada F, sendo possível visualizar o momento em que a autuada F entrou em um veículo estacionado enfrente sua residência, sendo abordada pelos policiais. Durante realização de buscas pelo veículo foram encontrados entorpecentes e uma balança de precisão, localizadas no interior uma mala. Foi percebido que o autuado D se aproximava do local e, realizada sua abordagem, foi dada voz de prisão a ele e a autuada F. Ato contínuo, foram localizados os demais autuados, sendo abordados em suas respectivas residências. Na residência do autuado D, foi encontrada uma barra de maconha, duas balanças, uma porção de crack, e a quantia de R\$ 227,00 em dinheiro. **Na residência da autuada P se localizava o autuado A da S, que através das interceptações telefônicas, foi identificado como comparsa da organização, cujo os demais autuados comercializavam drogas. Diante dos fatos, foi dada voz de prisão a todos os envolvidos, sendo constatado que fazem parte da Organização Criminosa denominada "PCC" com o intuito de traficarem entorpecentes. Os entorpecentes arrecadados totalizam 9,565,0g de maconha, 1.320g da mesma substância e 40,7g de crack,**

**quantidade e variedade de droga que demonstra a gravidade concreta do delito.**

[...]

Assim, nos termos do art. 310, II, e presentes os requisitos do art. 312 c/c 313, I, todos do CPP, CONVERTO A PRISÃO EM FLAGRANTE de A da S EM PRISÃO PREVENTIVA.

O *writ* foi denegado na origem aos seguintes fundamentos (fls. 68/70 – grifo nosso):

De acordo com a narrativa dos autos, Policiais Militares receberam informações acerca da distribuição de drogas ilícitas na cidade de Varginha, as quais seriam ordenadas pelo "Primeiro Comando da Capital".

**Os Militares se deslocaram até as residências dos envolvidos, dentre eles o paciente, e naquela oportunidade apreenderam 9.565,0g (nove mil quinhentos e sessenta e cinco gramas) de maconha, 1.320g (mil trezentos e vinte gramas) da mesma substância e 40,7g (quarenta gramas e sete centigramas) de crack, bem como a quantia de R\$ 227,00 reais em dinheiro.**

**Gize-se que a quantidade de drogas apreendidas e a natureza diversificada dos entorpecentes, bem como as informações obtidas através das interceptações telefônicas, dando conta de que o paciente era comparsa da organização, indicam a periculosidade e o risco social daí decorrente.**

[...]

Não se pode olvidar que, em observância ao princípio da confiança no juiz monocrático, este por estar mais próximo dos fatos da causa, merece toda credibilidade, pois possui melhores condições de avaliar as circunstâncias fáticas que envolvem o caso.

**A materialidade delitiva e os indícios de autoria estão comprovados pelos depoimentos das testemunhas ouvidas na fase investigatória.**

Quanto ao *periculum libertatis*, evidencia-se a necessidade da segregação cautelar do acusado para resguardo da ordem pública, entendida esta como sinônimo de paz social, que se encontra em risco quando o agente, em liberdade, provavelmente continuará praticando infrações penais.

No entendimento do ilustre doutrinador Guilherme de Souza Nucci acerca da garantia da ordem pública, enquanto um dos requisitos para a prisão cautelar, previstos no art. 312 do CPP, temos que:

[...]

Ademais, o crime em questão amolda-se à hipótese prevista no art. 313, I, do CPP, pois é doloso e punido com pena privativa de liberdade máxima superior a 04 (quatro) anos e, além disso, consoante o já exposto, se encontram presentes os requisitos do art. 312 do CPP.

Portanto, a decisão interlocutória que decretou a segregação preventiva do paciente foi fundamentada em dados concretos obtidos pela autoridade policial e em juízo, em estrita obediência ao art. 93, inc. IX, da Constituição Federal e art. 315 do CPP, revelando-se evidente que medidas cautelares

diversas da prisão não se mostram mais adequadas e suficientes às peculiaridades do presente caso.

Vale frisar, que de acordo com posicionamento firmado pelo STJ, "as condições subjetivas favoráveis do recorrente, tais como primariedade, bons antecedentes, residência fixa e trabalho lícito, por si sós, não obstam a segregação cautelar, quando presentes os requisitos legais para a decretação da prisão preventiva" (RHC 58367/MG, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe 29/06/2015).

Não verifico, assim, caracterizado de plano o *fumus boni iuris*, considerando a expressiva quantidade de droga, bem como a indicação de sua participação em organização criminosa.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Abra-se vista ao Ministério Público Federal.

Em seguida, conclusos.

Publique-se.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator